

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen

Os primeiros anos de funcionamento dos Juizados Especiais de Curitiba foram acompanhados de perto pelo Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, na época juiz atuante no Sistema. De acordo com ele, o Juizado surgiu como uma grande novidade e responsabilidade. O número de atendimentos era enorme e as ações precisaram ser organizadas e planejadas pouco a pouco.

“Ao adentrar no imóvel onde se localizava os Juizados Especiais, na Rua Fernando Amaro, 60, surpreendi-me com a adequação daquele local ao funcionamento de uma unidade de Juizado, era uma novidade que precisava realmente de um local diferenciado. Havia um amplo saguão de acesso que permitia que as pessoas pudessem aguardar as audiências com conforto. No entanto, haviam problemas também, o setor de Reclamação funcionava numa sala pequena, com apenas dois servidores para atender uma fila enorme que se formava. Para resolver a situação criamos uma Central de atendimento e triagem, conseguimos computadores, até o vigia nos auxiliava no atendimento. Na sequência organizamos o cartório, conseguimos voluntários para as conciliações, trabalhamos bastante”, lembra o Desembargador.

As audiências de conciliação e o esforço em busca do acordo são marcantes na memória de quem participou do início do Sistema. O magistrado recorda um dos casos que enfrentou pelo caminho nos Juizados Especiais. “Teve um muito interessante, o caso do véu da noiva. Uma senhora deixou seu vestido de noiva para vender numa loja de locação de trajes. Uma pessoa se interessou, foram feitos ajustes, mas a compra acabou não dando certo. Na audiência a mulher explicou que, ao receber o vestido de volta, percebeu as modificações e não queria aceita-lo, disse “eu quero o dinheiro da venda, não quero esse vestido pois ele não é mais o meu”. O caso estava se estendendo, a empresa já havia reformado novamente o vestido, mas a senhora estava bastante resistente. Numa nova audiência a empresa trouxe a peça numa caixa e propôs a devolução, ainda assim a mulher se negava a recebe-lo. Quando eu percebi que a questão se encaminhava para um impasse, e que eu teria que decidir aquela causa, fiquei curioso a respeito do vestido. Pedi para vê-lo, o vestido foi aberto e ocupou toda a mesa, todos os detalhes foram aparecendo, o tule, a saia, quando a parte viu o vestido ali imediatamente colocou suas mãos no tecido, o trouxe pra perto e disse: “eu fico com ele, mas eles precisam me dar mais alguma coisa”. Começamos a pensar em como resolver a questão e ela explicou: “todo mundo usou o meu vestido, então eu quero que pelo menos ele seja lavado”. Aí negociamos para que o vestido fosse lavado da forma como a dona preferia e o caso estava resolvido. Mas só chegamos nesse resultado por causa das lembranças, um valor feminino que não estava sendo colocado em evidência, quando ele foi mostrado ela acabou refletindo e chegamos numa solução”.

E para os 20 anos seguintes o magistrado deseja que o Sistema ganhe ainda mais infraestrutura e organização para continuar prestando os relevantes serviços à população paranaense. “Nós precisamos evoluir sempre, cada vez concedendo mais estrutura e mais atenção para esse sistema que é, para a população em geral, para o povo em geral,

o seu Tribunal de julgamento. Essa Corte, a Corte dos Juizados Especiais, é a Corte do povo”, declara o Desembargador Keppen.